

Exm.ªs Senhoras Deputadas,

Exm.ºs Senhores Deputados

Queria começar por agradecer ao grupo de mães, pais e encarregados de educação aqui representados pela Vânia Azinheira, a Sandra Cunha e o Filipe Ricardo que, não só me disponibilizaram este tempo na audição como, acima de tudo, confiaram na Associação de Professores de Matemática e em mim própria para ocupar este tempo, apesar de nos termos acabado de conhecer há pouco mais de uma hora.

No dia 8 de outubro de 2013 apresentei-me nesta Comissão na sequência do processo de aprovação das Metas Curriculares para a Matemática no Ensino Básico e posterior revogação do Programa de Matemática do Ensino Básico de 2007 (no último ano da sua generalização) e homologação de um outro programa, em 2013, do qual as Metas são parte integrante e, digamo-lo, quase exclusiva. Apresentei-me aqui como professora de Matemática e em nome de muitos professores de Matemática e outros professores – do 1º ciclo ao ensino superior – para quem o ensino da Matemática é parte essencial da sua tarefa educativa e profissional.

Recordei na altura a evolução que em Portugal se vinha a fazer no âmbito do ensino da Matemática nos níveis não superiores nomeadamente na investigação em didática da disciplina e na formação inicial de professores nesta área, nas adaptações curriculares, com resultados positivos observados e avaliados. Princípios didáticos e metodológicos que passam por abordagens capazes de envolver os alunos em aprendizagens com compreensão e significado, contextualizadas, mais próximas da própria natureza da Matemática e, por isso, mais exigentes também, para quem aprende e para quem ensina e mais adequados às exigências atuais de uma educação matemática pertinente e de qualidade. Queria reforçar este aspeto para contrariar alguns mitos que foram perpassando pela opinião pública e que não correspondem de todo à realidade, limitando as minhas observações apenas às questões curriculares, sem me referir a outras medidas que têm vindo a degradar o ambiente de ensino e aprendizagem nas nossas escolas.

Primeiro mito, confundir didática e investigação em educação com algo lúdico, apenas pertinente na esfera da motivação dos alunos. Nada mais errado. A didática ocupa-se com as questões da aprendizagem e da compreensão. A pergunta, como se podem ensinar os conteúdos para que as crianças aprendam, tem respostas orientativas baseadas na investigação e não depende do mais ou menos jeito ou

imaginação que os professores possam ter. Reforço por isso aqui a importância incontornável e decisiva da Didática como área de estudo e investigação para chamar a vossa atenção para o facto de não ter havido ninguém desta área envolvido quer nos programas de Matemática (e Metas Curriculares) do ensino básico de 2013, quer no posterior programa de Matemática A do ensino secundário de 2014.

Segundo mito, até agora as crianças não aprendiam nada de significativo em Matemática, não sabiam fazer contas, usavam a calculadora de uma forma indiscriminada e descontrolada, não consolidavam nem generalizavam aprendizagens, não era dada importância à memorização. Começo por desmentir categoricamente esta última afirmação: é claro que as crianças sempre aprenderam de memória factos e conhecimentos matemáticos, desde a simples tabuada a resultados mais elaborados; o que acontece é que mesmo para memorizar, é de grande ajuda a prévia compreensão ou pelo menos a interiorização de procedimentos associativos que facilitam o recurso à memória e ao memorizado. Nunca na aula de Matemática a calculadora foi utilizada para substituir cálculos que as crianças deveriam dominar; a calculadora, como aliás a tecnologia de uma maneira geral, deve ser incorporada na aula de Matemática, antes de mais porque vivemos num mundo sob domínio tecnológico e ignorá-lo torna a escola ainda mais arcaica e desenraizada e depois porque, como instrumento, permite trabalhos de sala de aula mais desafiantes, complexos e reais. A atividade exploratória de descoberta dos alunos, a metodologia de resolução de problemas que desapareceu nos atuais programas, numa disciplina como a Matemática, é fundamental para que os alunos possam incorporar, com os conteúdos, métodos próprios desta ciência. Desta forma os alunos serão levados de uma forma mais consistente a gostar, a aprender e a confiar na suas “capacidades matemáticas”.

Terceiro mito, os programas de 2013 e 2014 dão maior liberdade aos professores. Este argumento é tão falacioso que se torna insultuoso: desde quando os programas anteriores, ao incluírem diversas sugestões metodológicas e de avaliação – que os programas de agora omitem totalmente – atentam contra a liberdade dos professores? Dar mais sugestões, propor coisas diferentes do que foi a nossa forma de aprender e de ensinar, limita a liberdade? Não será o contrário? Com mais possibilidades no nosso horizonte não aumentará o nosso grau de liberdade? Os atuais programas é que impõem, não só uma visão única das abordagens matemáticas como, pela sua extensão, não permitem mais do que o debitar matéria e andar para a frente independentemente da situação dos alunos.

Quarto mito, estes programas são mais exigentes e rigorosos e foram objecto de amplo debate. Começo pelo fim: o amplo debate foi um “pseudodebate” em menos

de um mês, entre 25 de junho e 23 de julho (atenda-se à calendarização) e não foram criadas quaisquer condições de verdadeiro debate. Em relação à proposta e à versão que foi aprovada, no caso do ensino básico, as alterações foram de pormenor e mínimas. Em relação à exigência, francamente não vejo qualquer exigência em dar feijoada a uma criança de seis meses para que o seu estômago se vá habituando às comidas pesadas da vida... ou qualquer rigor em mudar programas sem avaliação (e avaliação não é referir *fortes indícios* que não se sabe quais são, nem quem os teve, ou sequer se existem de uma maneira geral); não há rigor sem atender à investigação própria da área (que por muito que seja dito o contrário, não foi feito) e em sentido contrário ao dos países de referência neste âmbito. Rigor e exigência é sermos inflexíveis na busca do que é melhor e mais adequado para a educação das crianças e jovens do nosso país, é utilizarmos todos os meios para lhes proporcionar um ensino que os desafie e entusiasme, que os leve a superar as suas dificuldades mas que não os desespere, que os leve a potenciar as suas melhores capacidades no gosto pelo saber e pela descoberta; que lhes faça experimentar o esforço de uma tarefa com sentido e com futuro e também com prazer.

Como temos vindo a chamar a atenção, as Metas Curriculares e programas aprovados nesta legislatura, configuraram um retrocesso que não pensávamos já possível, mostram uma ignorância confrangedora sobre o ensino da Matemática e a realidade das escolas, para além de apontarem para um forte condicionalismo à ação do professor, restringindo e constringendo fortemente a sua autonomia.

Em 2013 sabíamos que o que estes programas e metas arrastariam seria terrível para o ensino da Matemática. Disse-o aqui na altura e recorde:

O que está a ser feito no âmbito do ensino da Matemática, a persistir, vai certamente causar, em pouco tempo, inversão nos avanços feitos; vai afastar Portugal dos currículos de matemática dos países com os quais nos queremos comparar, vai minar o entusiasmo dos educadores e dos alunos e voltará a trazer à Matemática escolar aquela imagem cinzenta, formalista, inatingível, incompreensível e segregadora de que muitos ainda se recordam e que a muitos certamente afetou.

A petição que hoje aqui nos traz é já sinal de que o que prevíamos se está a verificar: em 2013 conseguimos 2000 assinaturas num mês; esta petição conseguiu mais de 10000 em pouco mais de quinze dias; em 2013, poucos conheciam o que estava em causa; hoje já é experimentado por muitos.

Ao longo destes três últimos anos senti-me, com muitos professores, a atravessar um grande deserto; e não, senhoras e senhores deputados, não são os professores que não estão preparados. Estas metas e estes programas é que são desadequados e

a fraca formação feita para eles mais não fez que pôr em evidência a falta de sentido dos mesmos.

E se esta legislatura está a terminar e já não estará nas vossas mãos mudar algo nesta matéria, independentemente dos resultados das próximas eleições legislativas, todos se devem (todos nos devemos) sentir alertados para esta grave questão. Ouçam os especialistas, ouçam os investigadores, os professores, os pais; ouçam até mesmo muitos dos que inicialmente defendiam estas propostas curriculares. Ouçam-nos, libertos de cumplicidades partidárias ou lealdades circunstanciais. Proponho-vos que, próximos do ano em que o programa de 2013 será generalizado, peçam e promovam uma avaliação séria da implementação deste programa. Será um passo para podermos ir concertando o futuro.

Muito obrigada!

Lurdes Figueiral
presidente da APM
30 de junho de 2015